

O MERCADO DE ENGENHOS DE AÇÚCAR NO RECÔNCAVO DA GUANABARA (RIO DE JANEIRO, SÉCULO XVIII)

Ana Paula Souza Rodrigues Machado
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
anasufrjrj@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste trabalho é o de analisar os mecanismos de compra e venda das fábricas de açúcar, no Rio de Janeiro, ao longo do século XVIII. Partindo do princípio que as fábricas de açúcar eram mercadorias tão valiosas, social e economicamente, o que permeou a compra e venda de um engenho? Além do dinheiro, o que era preciso para, por exemplo, adquirir um engenho no Recôncavo da Guanabara, tradicional área açucareira? Para responder a estas e outras perguntas decidimos elaborar um banco de dados com todas as escrituras públicas que envolveram engenho, entre os anos de 1701 e 1800, totalizando 1015 registros, para as localidades rurais da capitania do Rio de Janeiro. Até o momento, notamos que na maior parte das operações de compra e venda de engenhos e terras, havia uma relação de parentesco entre vendedor e comprador.

Palavras-chave: mercado, engenhos de açúcar, Rio de Janeiro, Século XVIII.

EL MERCADO DE LOS MOLINOS DE AZÚCAR EN EL RECÔNCAVO DA GUANABARA (RÍO DE JANEIRO, SIGLO XVIII)

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es el de analizar los mecanismos de compra y venta de las fábricas de azúcar, en Río de Janeiro, a lo largo del siglo XVIII. Partiendo del principio de que las fábricas de azúcar eran unas mercancías muy valiosas, social y económicamente, ¿qué motivó la compraventa de molinos? Además del dinero, ¿qué era necesario para, por ejemplo, adquirir un molino en el Recôncavo da Guanabara, tradicional área azucarera? Para responder a estas y otras preguntas decidimos elaborar un banco de datos con todas las escrituras públicas de molinos, entre los años 1701 y 1800, totali-

zando 1015 registros, para las localidades rurales de la capitanía de Río de Janeiro. Concluimos, finalmente, que en la mayor parte de las operaciones de compra y venta de molinos y tierras había una relación de parentesco entre vendedor y comprador.

Palabras clave: mercado, molinos de azúcar, Rio de Janeiro, Siglo XVIII.

Recibido: 1 de noviembre de 2018
Aceptado: 22 de diciembre de 2018

1. Introdução

Por volta de 1715, Miguel de Andrade, então morador no reino de Angola, passou a residir na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Brasil, para procurar os remédios convenientes aos seus vários achaques causados por mudanças climáticas¹. No dia 28 de setembro daquele mesmo ano compareceu ao cartório, juntamente com Manoel de Moura de Vasconcelos, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, para ratificar a compra da fazenda Nossa Senhora da Luz, na Freguesia de São Gonçalo. Além das terras e mais bem feitorias, a fazenda era composta de casas de vivenda, olarias, fornos de fazer louça, plantas, escravos e uma igreja, tudo no valor de doze contos de réis². O que seria mais uma simples operação de compra e venda entre interessados, culminaria anos depois em um sangrento episódio pelo domínio da propriedade.

Miguel de Andrade, ao realizar requerimento no ano de 1718, afirmou que mesmo tendo feito escritura pública da compra da fazenda e realizado a maior parte do pagamento combinado, Manoel de Vasconcelos continuou a querer dominar sua propriedade como se não a tivesse vendido. No decorrer de três anos ambos se tratavam com desconfianças, Manoel, *por sua natural soberba*, haveria ameaçado Miguel de morte, afirmando que: *haveria de fazer expirar ao dito suplicante [Miguel] no ar, na boca de dois bacamartes*³.

Manoel de Moura Vasconcelos era casado com Dona Antonia Maria de Lima e morador da cidade de Lisboa. Quando da morte do seu sogro, de nome Manoel Fernandes, passou à cidade do Rio de Janeiro a fim de tratar dos negócios da família. Tratava-se basicamente de cobrar os dividendos de uns arren-

1. AHU_ACL_CU_017, Cx. 23, D. 2505. (Coleção Avulsos) [sem numeração]. De acordo com Bluteau o termo achaque significa mal que sobrevém depois de uma grave doença, ou que nasce de má disposição do temperamento, e é habitual, e quase natural ao corpo humano. Dicionário disponível online em: <http://dicionarios.bbm.uspp.br/pt-br/dicionario/1/achaque>.

2. Banco de dados Maurício de Abreu. Referência: AN, 1ON, 83, pp. 180. Imagem: 3150.

3. AHU_ACL_CU_017, Cx. 23, D. 2505 (Coleção Avulsos) [sem numeração].

damentos de engenhos, administrados por Manoel Freire Alemão Sisneiros, o qual não só deixou de prestar contas dos ditos arrendamentos aos herdeiros, como se apossou dos que lhe era devido, após o falecimento de Manoel Fernandes⁴. Não sabemos a data da morte do sogro de Manoel de Moura nem o ano exato de sua chegada ao porto carioca, mas temos informações de que em 1712 se fazia presente na cidade de São Sebastião ao comparecer no cartório do 2º ofício para repassar o arrendamento de um engenho em Campo Grande⁵. No ano seguinte, comprou de Sebastião Gago da Câmara a dita fazenda da Luz, com 49 escravos, por doze contos de réis, mesmo preço que revenderia três anos depois⁶.

Voltando ao caso da fazenda de Nossa Senhora da Luz, especificamente aos episódios de desavenças entre Manoel de Vasconcelos e Miguel de Andrade, parece que no dia 08 de setembro de 1718, uma quinta-feira, aquele tentaria cumprir as promessas e ameaças proferidas contra Miguel. Por ser data comemorativa de Nossa Senhora da Luz, padroeira da capela, muitos fregueses concorreram para aquela localidade a fim de assistir celebração da missa⁷. Um deles foi Domingos Dias Leão, caldeireiro e morador na ponta de São Gonçalo, que foi visitar sua irmã, moradora nas terras da fazenda, assim como ouvir a missa. Ao desembarcar na margem do mar⁸, viu Manoel de Moura passeando ao redor da igreja embrulhado em um capote, viu também umas cinco ou seis armas de fogo encostadas ao lado da mesma igreja que disseram ser de uns negros do dito Manoel. Inácio de Aguiar, compadre de Miguel de Andrade e morador em terras de nossa senhora da Luz, viu quando Manoel de Moura se dirigiu para a capela com quatro escravos que portavam armas de fogo. O alferes Francisco Nunes de Oliveira, que se achava na fazenda para também participar da celebração, viu Manoel de Moura no alpendre da ermida com quatro escravos armados, entre negros e carijós, e quando entrou para a igreja “vira que o dito Manoel de Moura se pusera a ouvir missa na parte de fora da Igreja pela grade, junto da porta principal⁹”.

Para Miguel de Andrade a presença de Manoel de Vasconcelos com escravos armados, ele mesmo portando duas pistolas no cinto, todas carregadas, era um

4. AHU_ACL_CU_017-01, Cx. 21, D. 4733 (Coleção Castro Alves).

5. Banco de Escrituras. Registro 226. Referência: AN, 2ON, 17, pp. 25V.

6. Banco de dados Maurício de Abreu. Referência: AN, 2ON, 19, pp. 54. Imagem: 3031.

7. A capela de Nossa Senhora da Luz fora fundada por volta de 1647, onde desde então, regularmente, celebrava-se missas, realizavam-se casamentos, batismos e servia de local para enterramento. Para mais detalhes sobre a função das capelas no período colonial e seu significado na hierarquia social, ver: CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a ceia do Senhor: as missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

8. A capela de Nossa Senhora da Luz é uma das poucas ermidas construídas à beira mar.

9. AHU_ACL_CU_017, Cx. 23, D. 2505 (Coleção Avulsos) [sem numeração].

claro sinal de desafio à sua autoridade. Sabedor que os cativos portavam armas proibidas pelas leis do Reino, decidiu então ir até a capela, *levado por justa cólera*, desarmar e prender seu opositor para fazer entregar as ditas armas às justiças¹⁰. A missa já havia começado e as três testemunhas que citamos alhures estavam dentro do templo participando do ritual sagrado quando todos ouviram o disparo de um tiro.

Por meio dos três relatos, os quais diferem em detalhes, por na verdade terem ouvido dizer, segue o ocorrido. Miguel de Andrade foi ao encontro de Manoel de Moura para cativar as armas de seus escravos, na companhia de dois negros seus, também armados, quando uma das armas escapou das mãos de um carijó e este fizera tiro com ela. Rapidamente os escravos de Miguel de Andrade, classificados como negros, também dispararam uns tiros com suas armas para proteger seu senhor. Com a chegada dos dois irmãos da vítima, Manoel de Moura e seus escravos foram detidos, a situação controlada. O padre, que após os disparos interrompera a missa, acudiu o ferido que caíra dentro do templo, encravado por cinco balas, três no peito e duas no braço, originadas do tiro disparado pelo carijó.

Detidos e levados até o ouvidor geral, Manoel de Moura e dois de seus escravos permaneceram presos por oito dias, sendo todos liberados das culpas após as averiguações e depoimentos de testemunhas. Miguel de Andrade afirmou que as amizades de Manoel de Moura com o ouvidor geral e desembargador Fernando Pereira de Vasconcelos, e com o juiz de fora Inácio Rangel de Abreu, além de ter “escravos armados atrás de si publicamente incorporados [que] andavam de noite e de dia passeando as ruas”, resultou na liberdade do acusado, o que causava total desrespeito às leis, ao direito, e a Res pública.

Não tivemos acesso a nenhum tipo de registro que aborde o ocorrido na perspectiva do acusado. Porém, o ponto-chave deste caso para nossa pesquisa fica implícito no requerimento de Miguel de Andrade e no relato de uma das testemunhas. Domingos Leão ouvira falar que Manoel de Moura “tinha tido suas diferenças com o suplicante Miguel de Andrade por causa da mesma fazenda que tinha sido do dito Manoel de Moura”. Miguel de Andrade disse que Manoel de Moura ainda queria ter o domínio, ou seja, o governo sobre a dita fazenda, mesmo após a venda. Por conseguinte, na época moderna, o direito de propriedade não se dava em relação ao bem, mas em relação às outras pessoas, era o outro quem dava essa sanção¹¹. Vênia que Manoel de Vasconcelos não queria outorgar.

10. Sobre as proibições de armas de fogo pelas leis do reino, ver: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro, 1870, livro V, tít. 80, pp. 1226-1230.

11. GROSSI, Paolo. *História da propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

Assim, o desenrolar deste caso demonstra que a economia do homem de sociedades pré-industriais, tal como asseverou Karl Polany, está submersa em suas relações sociais, ou seja, não há apenas a motivação do lucro, lei da oferta e procura, pois princípios não econômicos como redistribuição, reciprocidade, honra, família, fazem parte das transações do mercado de engenhos. O norte do raciocínio econômico do indivíduo em sua ação não está baseado somente de forma a salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, mas também para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social, tal como veremos adiante.¹²

2. Sistema normativo

De acordo com Manuel Hespanha, o contrato de compra e venda consistia “na prestação de uma coisa certa contra o pagamento de uma quantia de dinheiro também certa”. Para que ocorresse a plena validade dos efeitos de transferência da propriedade e obrigações eram necessários o consenso, a determinação da coisa e do preço (o qual deveria ser justo) e a realização do pagamento. Todavia, apenas o consenso produzia efeito de contrato, o qual não poderia ser nulo “por falta de entrega da coisa ou de pagamento do preço, atribuindo ações a cada uma das partes para exigir o cumprimento ou uma ação de ressarcimento de danos pelo incumprimento (pagamento de juros ou com multa do duplo, do triplo e outras)”¹³. No caso em que acabamos de ver, o fato de Miguel de Andrade, por exemplo, ainda dever pagamentos pela compra da fazenda a Manoel de Vasconcelos, não lhe deixou menos senhor da propriedade ou que o antigo dono possa ter qualquer domínio sobre ela. Isso, do ponto de vista jurídico.

Desta maneira, o consensualismo pressupõe que a natureza do contrato de compra e venda fosse livre, mas somente para aqueles que poderiam dispor sobre os seus bens. Isto posto, a afirmação de que os vendedores eram livres para alienar seus bens pode parecer simplista, todavia os direitos de posse e domínio de propriedades foram bem detalhados no sistema jurídico português. Estes direitos de propriedade geraram algumas restrições às práticas da venda de coisa comum, também na América portuguesa.

A primeira restrição consiste na proibição da venda de bens de raiz pelo marido sem procuração ou expresso consentimento de sua mulher, “nem bens em que cada um deles tenha o uso fruto somente, quer sejam casados por carta de

12. POLANY, Karl. *A Grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980, pp. 60-61.

13. HESPANHA, Manuel António. *Como os juristas viam o mundo...*, op. cit., 2015, pp. 509-510.

metade, segundo costume do Reino, quer por dote e arras.¹⁴ Das 200 vendas de engenhos realizadas ao longo do século XVIII, pelo menos 72 foram feitas por um casal. Miguel de Andrade, um dos personagens da narrativa inicial, declarou que em 28 de setembro de 1715 adquiriu a fazenda da Luz por título de compra feita a Manoel de Moura de Vasconcelos, para que a transação fosse ratificada foi preciso a outorga e consentimento da mulher do vendedor, Dona Antonia Maria.¹⁵

O segundo condicionante era que o proprietário só poderia realizar a venda do que efetivamente lhe pertencia.¹⁶ No caso de bens divisíveis, os engenhos por exemplo, mais de uma pessoa poderia ter direitos de propriedade, principalmente após episódios de partilha, quando o patrimônio era dividido de forma igualitária entre os herdeiros, conforme às leis do reino. Não temos como mensurar o alcance da lei para toda a capitania fluminense setecentista, para tanto seria necessária uma significativa amostragem de inventários para o período, o que foge ao escopo inicial desta pesquisa. Contudo, as escrituras e testamentos nos dão pistas de que as leis sobre a transmissão patrimonial foram cumpridas pelos vassallos portugueses nas Conquistas. Pelo menos 76 (38%) das 200 escrituras públicas de compra e venda de engenhos, envolveram a alienação de metade ou frações dos direitos sobre aquelas propriedades. Encontramos casos de venda de 1/4, 3/5, e até mesmo 1/8 do engenho. Sendo que nestes casos, pelo menos metade dessas vendas foi realizada entre parentes e vizinhos.¹⁷ Tal qual ocorreu na família Maciel da Costa.

Cristóvão Mendes Leitão e Páscoa Maciel da Costa governaram os engenhos do Brejo e o de Nossa Senhora da Conceição. Após a morte destes o engenho fora dividido entre seus filhos Apolinário Maciel e o padre Antônio Maciel da Costa. Apolinário Maciel, na data de 27 de julho de 1779, dotou a seu genro, o tenente João Soares de Bulhões, pelo casamento com sua filha, com 1/3 que lhe competia do engenho de Nossa Senhora da Conceição. No mesmo dia o Padre Antônio Maciel, o qual possuía 2/3 do engenho, vendeu 1/3 ao dito João Soares, marido de sua sobrinha. Em 1794 João Soares de Bulhões foi reconhecido nas visitas de Pizarro como o senhor do engenho da Conceição. Ou seja, a estratégia de concentração do patrimônio em mãos de um único herdeiro passou também pelo mercado.

14. *Ibidem*, pp. 510. *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870. Livro IV. Título 80, pp. 837.

15. Banco de dados Maurício de Abreu. Referência: AN, 1ON, 83, pp. 180. Imagem: 3150.

16. HESPANHA, Manuel António. *Como os juristas viam o mundo...*, op. cit., 2015, pp. 509-510.

17. Banco de Escrituras Públicas, baseado nos livros de nota do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, primeiro, segundo e quarto ofícios.

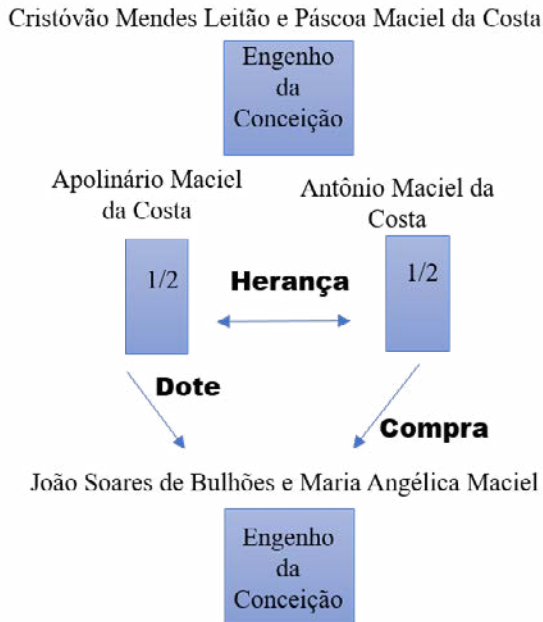


FIGURA 1. *Transmissão do engenho da Conceição, em Jacutinga.*

Em outro exemplo, Dona Maria Pimenta, após a morte de seu marido Egas Muniz, cavaleiro da casa real, herdou a metade do engenho de Nossa Senhora do Bonsucesso (Taquara), situado em Jacarepaguá, e a outra metade fora dividida entre os filhos: Antônio Muniz Telo, Pedro Muniz Telo, Manoel Pimenta Telo e Francisca Muniz De Menezes. Por falecimento do capitão Antonio Muniz, seu quinhão ficou como herança para sua mãe, Dona Maria Pimenta. Não temos informações sobre a data da morte de pai e filho, apenas que no dia 22 de julho de 1710, Maria Pimenta arrendou a metade do engenho e vendera o tal quinhão (1/8 do engenho) a seu outro filho, o capitão Manoel Pimenta Telo. Segundo Rudge, a venda fora feita **“pela conveniência de se conservar e aumentar o dito Engenho, (...) o que só se conseguirá daqui por diante com o governo do dito comprador seu filho e sua administração,** por não ter ela vendedora outra pessoa que o faça e ser mulher velha que **não lhe é possível atender ao dito governo...** [Grifos meus]¹⁸”.

Passados alguns anos parece que as coisas não iam muito bem para a família Muniz. As primeiras décadas do século XVIII foi um período de agruras para

18. Banco de dados Maurício de Abreu. Imagem: 2873. Referência: ION, 84, p. 127; Rudge, *As sesmarias de Jacarepaguá*, pp. 89-90.

membros da nobreza da terra e de desmantelamento de alguns bandos seiscentistas. A dificuldade de manutenção de fábricas açucareiras era latente¹⁹. Em 1714, Manuel Pimenta Telo declarou que desfazia o arrendamento do dito engenho da Taquara, por ter constatado muita diminuição nos bens do engenho, anteriormente arrendado ao Sargento-mor João Aires de Aguirre, seu cunhado. Meses depois, João Aires de Aguirre e sua esposa, Dona Francisca Muniz de Menezes, venderam 2/8 do dito engenho, o qual parecia desfabricado, ao primo Antônio Teles Barreto de Menezes²⁰. Em 1716 foi a vez de Dona Maria Pimenta de Carvalho e de seus filhos Pedro Muniz Telo e Capitão Manoel Pimenta Telo realizarem a venda dos 6/8 restantes da propriedade, ao mesmo parente, Antonio Teles Barreto de Menezes. Na descrição desta última negociação estavam latentes as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Muniz: “[terras] que foram engenho, nas quais está ainda a casa do engenho e casa de vivenda, coberta de telhas, já danificada”²¹. Não havia mais produção de açúcar no engenho; o passamento da fábrica de açúcar que tivera que ser realizado, ainda que para um parente consanguíneo, determinou o fim do senhorio da família Muniz em Jacarepaguá.

A terceira restrição se referia a venda pelos tutores dos bens dos órfãos, que só poderia ser realizada com a autorização de um juiz. Similarmente, era vedada a alienação de bens patrimoniais entre pais e filhos, até mesmo para seus descendentes, a não ser que a operação tivesse a anuência dos demais pretendentes herdeiros²². Apesar destes condicionantes, as vendas de engenhos entre parentes consanguíneos eram comuns. Das 200 vendas de engenhos realizadas durante os setecentos, em 40 casos, ou fábricas de açúcar, entre membros da mesma parentela, era o de manter um bem tão valioso nas mãos de um único herdeiro, como pudemos ver no caso dos Maciel da Costa, citado anteriormente e como veremos adiante. Ao contrário das negociações envolvendo bens de casal, onde havia expresso consentimento da mulher para a efetividade da venda, não encontramos em nenhum registro o consentimento de herdeiros nas alienações de engenho entre parentes. Subtende-se que nestas transações havia acordos entre os membros da família, pois, mais uma vez repetimos, nesta sociedade o que importava era o bem comum e bom funcionamento da ordem natural das coisas, o homem individual perdia espaço para o Homem Coletivo.

19. FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Jucá de (orgs). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusã*. Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um *corpus* documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, pp. 80-95.

20. Banco de escrituras. Registro: 289. Referência: Apud Rudge, *As sesmarias de Jacarepaguá*, p. 91.

21. Banco de escrituras. Registro: 321. Referência: Apud Rudge, *As sesmarias de Jacarepaguá*, pp. 91-92.

22. ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro, 1870, livro I, tít. 88, pp. 214; *ibidem*, livro IV, tít. 12, pp. 791-793.

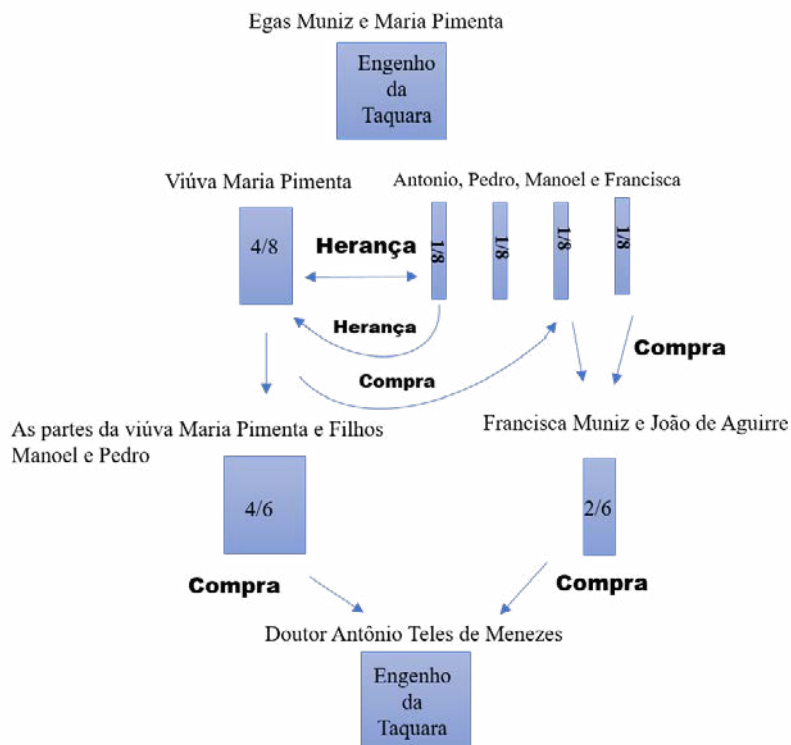


FIGURA 2. Transmissão do engenho da Taquara, em Jacarepaguá.

O exame dos direitos de propriedade no sistema jurídico português é fulcral para a compreensão das escolhas e decisões dos atores sociais envolvidos nas transações de compra e venda de engenhos. Todavia, conforme observado por Giovanni Levi, seria insuficiente estudar as práticas sociais, exclusivamente, através das leis e dos códigos²³. Por isso, adiante, pretende-se aliar tal conhecimento jurídico com a metodologia de acompanhamento de trajetória, justamente para observar as características desse mercado setecentista, assim como as famílias que conseguiram agir por entre as *brechas* e *frestas* das normas legislativas²⁴.

23. LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 51-54.

24. Metodologia empregada pela autora Júlia Aguiar ao acompanhar a trajetória da família Maldonado, estabelecida na freguesia de São Gonçalo, em finais do século XVII início do XVIII. Cf. AGUIAR, Júlia Ribeiro. *Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-*

3. O mercado dos engenhos fluminenses no século XVIII

Hoje, podemos definir mercado como uma “arena em que atuam uma pluralidade de pessoas interessadas na troca, na permuta, que se realiza em sua forma ‘pura’ com a intermediação de um signo não linguístico, o dinheiro”²⁵. No mercado imobiliário, por exemplo, o requisito precípua para adquirir uma propriedade é a posse do montante demandado.

Já na sociedade fluminense setecentista, o mercado, principalmente o dos engenhos, teria outro significado, outras características. Primeiro não estava assentado no livre jogo dos fenômenos econômicos, ou na lei da oferta e procura, pois fatores extra econômicos, tais como a religião, a honra, a manutenção de *status*, interferiam muito mais na dinâmica e no valor das transações, do que, por exemplo, as flutuações dos preços. Segundo os mercados não controlavam a sociedade, os objetivos de ganho e lucro estavam ligados a fatores sociais, que inclusive, muitas das vezes, os sobrepujava. Assim, o “Homem Econômico” de Adam Smith, voltado para seus próprios interesses de enriquecimento, ainda estaria ausente ²⁶. Relacionado a isto, o terceiro elemento trata sobre seus participantes, definidos enquanto “Homem Coletivo”, os quais primavam pela ordem natural das coisas, pela sociedade e seu conjunto, pela hierarquia²⁷. Destarte, na maior parte das transações que envolveram fábricas de açúcar, abordadas nesta pesquisa, nota-se a atuação da família e não do indivíduo *per si*, pois a finalidade destas operações era o bem comum e não o individual.

Segundo Witold Kula, a utilização dos métodos de análise da empresa capitalista para estudar economias antigas resulta em dados anacrônicos. Desta maneira, os preços, por exemplo, são inadequados para reconstruir as modalidades de cálculo, muito menos para examinar as decisões econômicas tomadas pelas pessoas que participaram do mercado pré-industrial. Primeiro porque o preço como base do cálculo econômico pode ser deficitário, pois valores e interesses sociais estariam envolvidos nesse processo. Segundo que nem todas as decisões de cunho monetário foram baseadas em elementos mensuráveis que se possa aferir em dinheiro, tal qual a venda de um bem imóvel, pois nas decisões também se levava em conta fatores extra

XVIII). 2015. 221f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

25. DELGADO, Ignacio Godinho. Poder, mercado e trabalho. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, pp. 20-21.

26. KULA, Witold. *Teoria econômica do sistema Feudal*. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979, pp. 32-38; POLANY, Karl. *A Grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980, pp. 60-65.

27. DUMONT, Louis. 1993. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 57.

econômicos, bem como já afirmados: a reciprocidade, a redistribuição, a sobrevivência da família.²⁸ Diante disso, quais foram os valores e interesses que permearam o raciocínio e as decisões econômicas dos compradores e vendedores de engenho no mercado fluminense setecentista? Como reconstruir as modalidades de cálculo vigente naquele período? Para responder a estas perguntas fizemos uso de 201 escrituras públicas que registraram a compra e venda de engenhos entre os anos de 1701 a 1797²⁹. Para guiar o “caminho das pedras” foram elaboradas as seguintes perguntas: Qual valor econômico e social do que se vende? Por que se vende? Para quem se vende? Quais os objetivos da compra?

Para análise do valor econômico dos engenhos fluminenses, durante os setecentos, foram agregados os dados sobre os preços dos bens urbanos e rurais elaborados por Antonio Carlos Jucá, que abrange o período entre 1650 e 1750, e os dados de Fábio Pesavento, para os anos de 1750 a 1790³⁰. Deste modo, foi possível traçar um panorama econômico sobre áreas de investimentos, atuação de grupos sociais e valor de mercado dos engenhos para grande parte do século XVIII. A partir da análise do preço total dos bens urbanos e rurais, a primeira conclusão é que até a década de 1740 os negócios rurais tiveram importância numérica e comercial, até porque a capital do Rio de Janeiro era essencialmente uma sociedade agrária. Este quadro sofreu transformações a partir de 1730, que foi quando ocorreu o crescimento dos negócios mercantis, acarretando na transformação do Rio de Janeiro na principal praça comercial lusa das Américas³¹. Fato que gerou a ascensão de um novo grupo social na hierarquia daquela sociedade: os homens de negócios³². Na figura 3 podemos observar as linhas de tendências dos negócios rurais e urbanos e concordamos com Jucá Sampaio quando afirma que “o setor agrário se viu drenado em escala crescente pelos setores não agrários da sociedade, sobretudo pelo capital mercantil”³³.

28. KULA, Witold. *Teoria econômica...*, 1979, op. cit., pp. 32-49; 162-163.

29. Livros de nota do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, primeiro, segundo e quarto ofícios.

30. Pelos autores, os negócios urbanos compreendiam os prédios urbanos (moradas de casas, sobrados, chãos, lojas, bancas, etc.), já os bens envolviam negociações com terras, sítios e fazendas. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sócias e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade dos setecentos*. 2009. 226 f. Tese (Ciências Econômicas) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

31. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 73-79.

32. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império*, 2003, op. cit., pp. 91-92.

33. *Ibidem*, pp. 91-92.

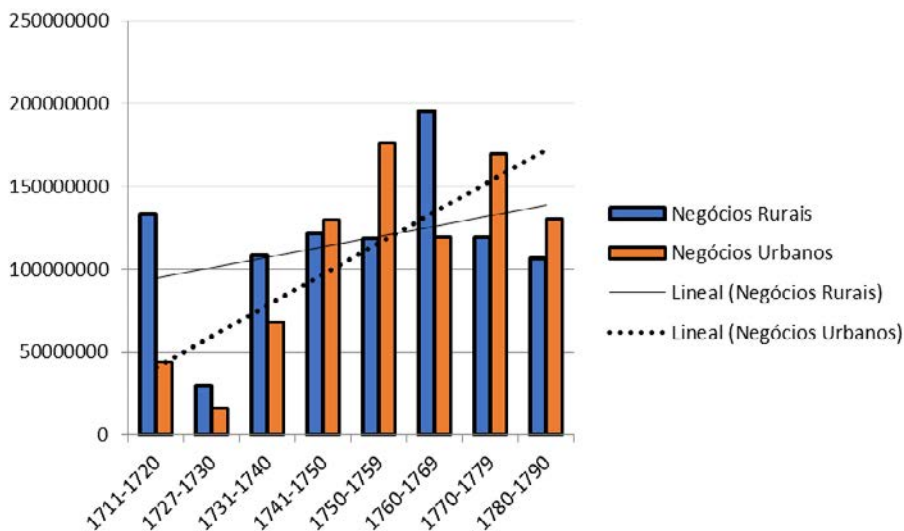


FIGURA 3. Preço total dos bens rurais e urbanos (1711-1790). Fonte: Jucá, 2003, pp. 68-69; Pesavento, 2009, pp. 163-174.

Visto que o exame do preço total dos bens rurais e urbanos demonstrou que a partir de 1740 cada vez investia-se mais nos prédios residenciais e comerciais estabelecidos na cidade de São Sebastião, assim como o principal setor da economia passa a ser de origem mercantil, a análise da média dos preços atestou que as atividades agrárias, inclusive em finais dos setecentos, ainda tinham importância. Na figura 4, constata-se que entre 1760-69 ocorreu uma valorização do valor médio dos bens rurais, sofrendo queda na década seguinte, recuperando entre 1780-90. Ora, a década de 1760 foi justamente um dos períodos em que cresceu o número de engenhos na capitania fluminense, assim como nos dois últimos decênios do século XVIII, quando pelo menos 215 engenhos foram construídos³⁴. Se numericamente as transações urbanas tornaram-se mais volumosas, a média dos preços das terras, sítios e engenhos foi superior na maior parte dos períodos selecionados.

34. Banco de Escrituras Públicas que envolveram transações com engenho (1701-1800); GALDAMES, Francisco Javier Müller. *Entre a cruz e a coroa: A trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830)*. 2007. 555 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. (Nesta obra encontra-se a transcrição das visitas dos Monsenhor Pizarro, no anexo); Mapa geral dos fogos, população, engenhos, fábricas, gados e rendimento anual pertencente ao distrito de Cabo Frio. AHU_ACL_CU_017, Cx. 161, Doc. 12100 [sem numeração].

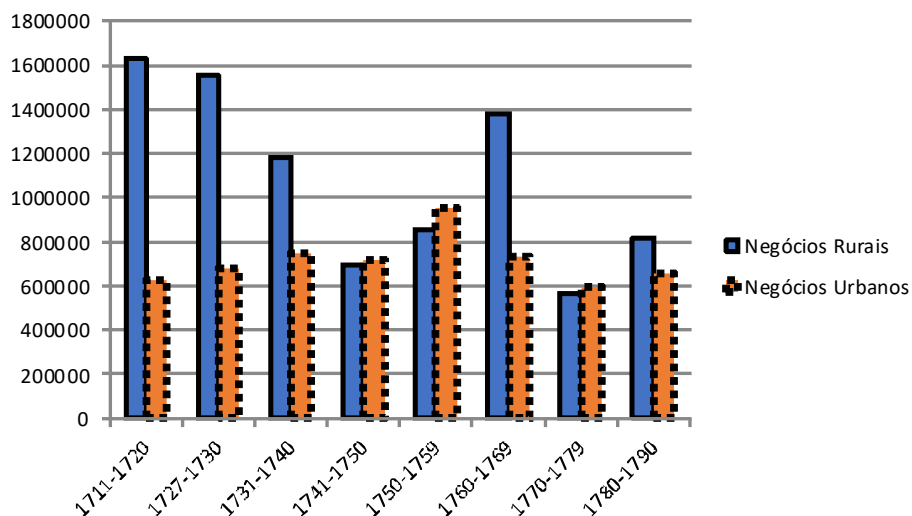


FIGURA 4. Média dos preços dos bens rurais e urbanos (1711-1790). Fonte: Jucá, 2003, pp. 68-69; Pesavento, 2009, pp. 163-174.

Entre os negócios rurais os engenhos eram os bens de maior valor monetário³⁵. Mas, como já se afirmou, somente o preço de mercado não determina seu significado social. Lembramos que o significado do engenho vai além da esfera econômica, também era uma propriedade a serviço do bem comum, a qual garantiria o cultivo, o povoamento e o estabelecimento de relações sociais com os diversos segmentos da sociedade.³⁶ Fragoso definiu o engenho como uma aldeia colonial, ou seja, “como um microcosmo da sociedade rural colonial, pois nele conviviam parentelas de estratos sociais distintos (lavradores com e sem cativos, índios, mamelucos, forros e escravos) organizados e hierarquizados sob a liderança de um ‘capo’, cuja casa possuía certa autonomia diante do Príncipe³⁷”. Destarte, governar o engenho não significou apenas comandar a produção de açúcar, era tam-

35. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império*, 2003, op. cit., p. 74.

36. FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 254-255; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Fidalgos e parentes de pretos..., 2007, op. cit., pp. 99-104.

37. FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, pp. 74-106, Dec. 2010. Disponível em:

bém governar bens materiais, escravos e agregados, além de possuir poder econômico e social na hierarquia local, ou seja, o engenho era um *lôcus* de poder social.³⁸

Não à toa, muitos almejavam tornar-se senhores de engenho. Apesar de não ser a atividade mais rendosa, pelo menos até o início do século XIX ainda gerava ganhos, porquanto entre os gêneros de exportação, o açúcar era o que gerava mais lucro. Além disso, a posição social do nobre, em sociedades com traços de Antigo Regime, era determinada pelo número de clientes a que era preciso dar de comer e beber, pompa e esplendor que seriam proporcionados aos senhores de engenho, como afirmado alhures³⁹. Assim, destaca-se a importância do nosso trabalho em analisar um dos bens mais valiosos e cotados no mercado da época, que era o engenho de açúcar.

Desde a segunda metade do século XVII o mercado de engenhos fluminenses era “imperfeito”, não era autorregulado, tão pouco ditado pelas leis de oferta e procura; na verdade, a maior parte de suas regras fora ditado pela nobreza da terra, grupo social detentor do mando político e econômico. João Fragoso, ao analisar escrituras de compra e venda de fábricas de açúcar, entre 1650 e 1698, afirmou que a realização destes negócios se deu em um mercado dominado por jogos políticos e permeado por alianças entre famílias que estavam dispostas a resguardar suas posições de mando na sociedade. Verificou, igualmente, que as relações de reciprocidade entre comprador e vendedor interferiram nos preços das fábricas de açúcar, visto que “em relação ao total de escrituras, estes negócios ‘entre amigos’ representaram de 1/5 a mais de 1/3 dos valores registrados”⁴⁰. Destarte, para o autor, com a venda destas unidades produtivas, as famílias puderam solucionar seus problemas financeiros sem pôr em risco sua posição social e política diante de seus pares e da própria sociedade. Todavia, as transformações ocorridas no século XVIII tiveram algum impacto sobre este mercado, principalmente a partir de 1730, quando em termos econômicos o setor mercantil sobrepujou as rendas agrárias. A ascensão dos homens de negócio, sobretudo na segunda metade setecentista, alteraria as regras deste mercado imperfeito, tornando-o mais ‘acessível’ a aqueles que tivessem a quantia de dinheiro requisitada.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200074&lng=en&nrn=iso. Acesso em 22 mai. 2017.

38. Para mais detalhes sobre o significado dos engenhos para a nobreza, ver: FRAGOSO. *Na trama das redes. Política e negócios...*, 2010, op. cit., pp. 254-255.

39. KULA, Witold. *Teoria econômica...*, 1979, op. cit., pp. 46-47.

40. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 61-63.

Das escrituras constantes no banco de dados Maurício de Abreu, datadas no século XVIII, 179 delas registraram o preço da compra e venda de engenhos, e em 22 não há menção ou não foi possível identificá-lo⁴¹. No conjunto das 200 vendas de engenhos, 79 (39,5%) foram realizadas a parentes, vizinhos e aliados. Nestes negócios entre 'afins', cerca de 2/3 dos vendedores e compradores eram parentes consanguíneos, o que mais uma vez denota a presença da família nas transações que envolviam suas propriedades. Contudo, pelo menos em 60% dos casos não foi possível classificar o tipo de vínculo entre os que realizaram tais negócios. Teria a nobreza da terra perdido o controle sobre as regras deste mercado? O comércio de bens agrários fluminenses, durante o século XVIII, seria caracterizado cada vez mais por relações interpessoais, em que as pessoas fariam valer apenas seus interesses econômicos. Mas, a análise em bloco de um período de mais de cem anos não permite apreendermos as permanências e transformações que um estudo em longo prazo pode denotar.

São essas fontes que utilizamos para completar o quadro iniciado por Fragoso, desta feita para os setecentos, como pode ser observado no quadro 1.

QUADRO 1. Compra e venda de engenhos fluminenses nas escrituras públicas entre parentes e aliados (valor em mil réis) (1650-1797).

Períodos	Nº de escrituras de vendas de engenhos	Total do valor das vendas de engenhos	Nº de escrituras de venda de engenhos entre parentes e aliados	Total do valor das vendas entre parentes e aliados	% do valor pago por parentes e aliados em relação ao total
1650-53	10	50:320	4	22:820	45,3
1659-65	9	29:056	5	15:427	53,0
1668-79	5	9:600	3	4:900	51,0
1685-89	4	15:400	2	6:600	42,8
1690-98	14	33:382	6	15:400	46,1
1701-10	39	230:140	16	97:015	42,1
1711-20	39	270:797	16	101:365	37,4

41. De acordo com Antônio Moraes e Silva, escritura é um papel autêntico, em que se contém o contexto de coisas tais como obrigações, compras e vendas, contratos, doações, feitas com certas solenidades. SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* – re-compilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 743.

Períodos	Nº de escrituras de vendas de engenhos	Total do valor das vendas de engenhos	Nº de escrituras de venda de engenhos entre parentes e aliados	Total do valor das vendas entre parentes e aliados	% do valor pago por parentes e aliados em relação ao total
1721-30	15	65:451	10	45:363	69,3
1731-40	17	91:063	6	33:021	36,2
1741-50	8	15:245	4	6:500	42,6
1751-60	20	156:268	8	86:800	55,5
1761-80	24	141:247	9	52:317	37,0
1781-97	17	99:716	4	27:242	27,3

Fonte: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A formação da economia colonial...*, 2001, op. cit., p. 63; Banco de escrituras públicas, baseado nos livros de nota do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, primeiro, segundo e quarto ofícios.

Tomados por empréstimo os dados elaborados por João Fragoso, constatou-se pela análise do quadro 1 que até 1710 mais de 40% dos valores transacionados na venda de engenhos foi realizado entre parentes consanguíneos, aliados políticos (pertencente a um mesmo “bando”), vizinhos, ou seja, entre membros de uma mesma rede de relações sociais. Já entre os anos de 1711 e 1720 houve alterações na dinâmica deste mercado, pois em mais da metade das negociações não foi identificada nenhum tipo de relação entre vendedor e comprador. Teriam os problemas políticos e econômicos enfrentados pela economia açucareira, leia-se pelas próprias famílias senhoriais, no início dos setecentos, gerado um nível de endividamento tal que proporcionou a transferência do governo de seus engenhos para *outsiders*⁴²? Neste período, dos 22 compradores que não tiveram vínculos com os vendedores, 8 deles pertenciam ou eram aliados de famílias principais, inclusive 2 homens de negócios, os quais se uniram a ela por via matrimonial: Francisco de Almeida e Silva casou com Dona Úrsula Inácia de Vasconcelos, família que teceu antigas ligações com descendentes de Conquistadores; Manoel da Costa Soares casou com Inácia de Souza Pereira, dos Souza Pereira, proprietários de cargos e ofícios régios.⁴³

42. Termo que se refere a pessoa que vem de fora, que advém de outra localidade e não faz parte de um grupo social já estabelecido. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

43. Cf. FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600-c.1750)*. Conferência apresentada para concurso público para professor titular. IFCS, RJ, 2005, pp. 89-215; Testamento de Manoel da Costa Soares. ACMRJ. Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1737-1740). Folha 129v.

Da mesma maneira, apesar da redução no valor do montante dos negócios entre parentes na década de 1730, 10 dos 17 compradores pertenciam ou estavam coligados de alguma forma à nobreza. Como foi o caso, por exemplo, da venda do engenho do Portela, situado na freguesia de Irajá, em 1731, por Dona Inês da Silva, curadora de seu marido Miguel Gonçalves Portela, mentecapto, ao Coronel João Aires de Aguirre⁴⁴. Não obstante a ausência de vínculos de amizade e parentesco entre eles, o coronel era descendente dos primeiros povoadores, sobrinho dos Gago da Câmara, senhores de engenho na Banda d'Além (Niterói) e primo do Doutor Antônio Teles de Menezes, para quem havia vendido sua parte no engenho do Bonsucesso, em Jacarepaguá, como vimos anteriormente⁴⁵. Deste modo, a maioria dos engenhos não foram vendidos a qualquer comprador.

Entre os anos de 1740 e 1760 o índice dos valores entre parentes retomou crescimento, foi maior do que 40%, mas nas últimas duas décadas voltaram a diminuir, o decênio de 1790 apresentou o menor valor percentual de vendas e compras entre aliados. Todavia, tal qual demonstrou João Fragoso para os seiscentos, podemos afirmar que no século XVIII, mesmo com a diminuição das vendas entre a elite senhorial e seus parentes e aliados, os compradores não o eram de todo “forasteiros”, muito menos estariam tão distantes assim da nobreza da terra⁴⁶.

Ao analisarmos a média dos valores nas vendas de engenhos realizadas entre 1650 e 1797, na figura 5, observamos que os índices percentuais das negociações entre aliados e entre aqueles que não tinham vínculos estiveram bem equiparados. Apenas na década de 1750 houve uma variação maior neste quadro, pois a média dos preços das fábricas de açúcar entre os que possuíam vínculos (consanguíneos, clientelares, amizade, vizinhança) apresentou índices superiores às transações entre aqueles em que nenhum tipo de ligação fora identificado.

A pesquisa ainda está em desenvolvimento, mas a princípio temos que em 40% das vendas de engenhos, no século XVIII, havia parentesco ou amizade entre os envolvidos nas transações, se adicionarmos os que eram “conhecidos”, temos 56,4% dos casos. Ou seja, em um pouco mais da metade das alienações de fábricas de açúcar, quando não se vendia para um membro da família, um amigo ou vizinho, a alienação ocorria entre pares.

Conforme afirmou Giovanni Levi os ciclos da vida podiam gerar situações, tais como o casamento e a morte, que levaram algumas famílias ao mercado venderem seus bens fundiários. Partindo do pressuposto constatado por Chaya-

44. Banco de escrituras. Registro: 544. Referência: AN, 2ON, 41, p. 20.

45. Sobre as relações de parentesco de João Aires de Aguirre, ver: FRAGOSO, João. *Apontamentos para uma metodologia...*, op. cit., 2014, pp. 75-78.

46. FRAGOSO, João. *À Espera das frotas...*, 2005, op. cit., pp. 211-215.

nov, Levi analisou o mercado de terras do Piemonte, na Itália seiscentista, e constatou que era durante a morte do *pater familias* e na realização dos matrimônios que ocorriam os jogos recíprocos de se disponibilizar terras para o mercado e adquirir bens para a constituição de uma nova família. Vejamos, dentro dos bens imóveis do Piemonte, os dotes (advindos das uniões maritais e realizados exclusivamente por via feminina) incluíam majoritariamente as terras de lavouras, onde a produção de cereais de subsistência era primordial para a nova família. Já a herança, recebida principalmente pela linha masculina, constituía principalmente de vinhas, pastos, e bosques, dando uma contribuição mais variada ao patrimônio.⁴⁷

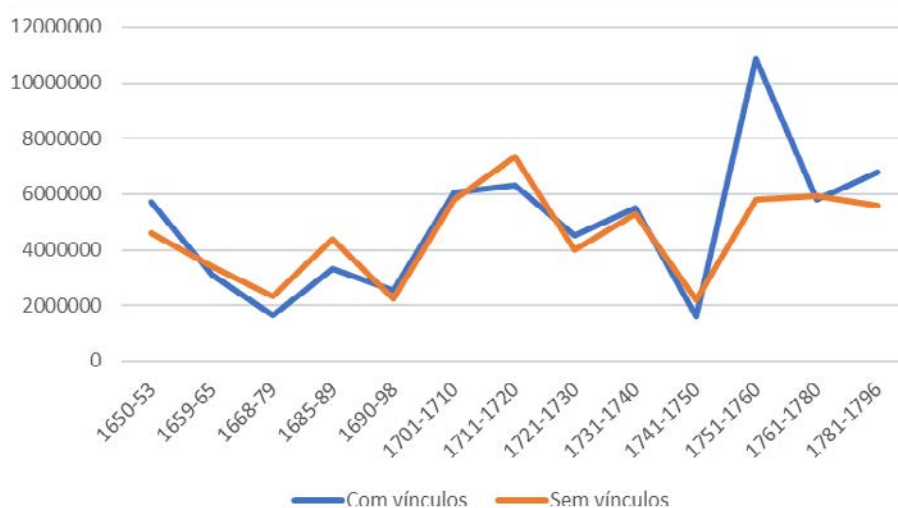


FIGURA 5. Média de valores nas vendas dos engenhos no Rio de Janeiro (1650-1797).

Assim, o papel do mercado era o de criar um equilíbrio na dimensão e destino da propriedade, contrabalançando as situações familiares de acordo com o ciclo da vida. Prova disto é a análise dos preços, os quais variam de acordo com as relações de parentesco ou vizinhança entre os contraentes das transações; quanto menor a distância de parentesco, maior era o preço, pois as relações de troca tornavam-se mais puras, menos carregadas de deveres e proteções.⁴⁸ Dote, herança e mercado permitem ver a função das

47. LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte de Antigo Regime. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Exercícios de micro história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. pp. 87-94.

48. *Ibidem*. pp. 93-95.

famílias, dos matrimônios, do autoconsumo na estruturação do mercado da terra.

Da mesma maneira, vemos que famílias senhoriais setecentistas recorreram ao mercado de engenhos fluminenses para alienar seus bens, pois se depararam com variadas situações geradas por morte ou realização de matrimônio. Já citamos aqui o caso dos Muniz, em Jacarepaguá, que devido à morte de Egas Muniz e do filho Antônio Teles tiveram que recorrer pelo menos duas vezes ao mercado para alienar partes do engenho na tentativa de centralizar o governo do engenho em um único herdeiro (ver figura 1). Outro exemplo foi o capitão Francisco de Macedo Freire que juntamente com sua mulher, Dona Maria Correia da Silva, vendera o engenho da Conceição, em Guaratiba, a seu filho Antônio de Sá Freire, em 1766⁴⁹. Contudo, menos de quatro anos depois encontramos indícios que Antonio de Sá havia falecido sem herdeiros, e o governo do engenho retornara para as mãos de seus pais⁵⁰. Aparentemente, empenhados em repassar a fábrica de açúcar para um descendente, o casal Francisco e Maria a vendeu em 1773 para o Alferes Francisco Antunes Leão Figueira, seu genro⁵¹. Isso posto, estas famílias tiveram estratégias relativamente elásticas, teriam consciência da margem de imprevisibilidade, das intempéries que os altos índices de natalidade, mortalidade ou a infertilidade poderiam impactar na continuidade da casa. Foi justamente a família que proporcionou uma certa segurança para as pessoas daquela sociedade, pois quando frente a situações não previsíveis lhes foi possível acionar filhos, irmãos, tios, genros e até mesmo compadres e amigos, ou seja, laços consanguíneos e alianças tecidas para a busca da solução de seus problemas.⁵²

Até o momento, ficou evidente que as transações de compra e venda de engenhos estavam permeadas não somente por interesses econômicos, como também sociais. Pessoas que buscavam ascensão na hierarquia social, famílias que diligenciavam a manutenção de seu patrimônio, pais que compunham um bom dote às suas filhas para arranjar um genro da melhor *qualidade*. Com base nestas conclusões, no próximo tópico, examinaremos como uma venda de fábrica de açúcar pode desvendar um complexo esquema de compras e vendas, inclusive, o parentesco entre membros da elite e de grupos subalternos. Em outro momento descrevemos sobre as regras do sistema de transmissão patrimonial, sendo uma delas a divisão igualitária dos espólios entre os filhos legítimos.

49. Banco de escrituras. Registro: 779. Referência: AN, 4ON, 72, p. 76.

50. No registro de batismo de Felícia, da freguesia de Guaratiba, datado em 21 de maio de 1770, há menção de que era exposta em casa de Dona Helena Bernardes Freire, viúva do Alferes Antonio de Sá Freire. RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. vol. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, p. 122.

51. Banco de escrituras. Registro: 806. Referência: AN, 4ON, 86, pp. 18v.

52. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 104-105.

Contudo, estudos recentes têm demonstrado que diversos membros da nobreza da terra não apenas tiveram filhos naturais e/ou adúlteros como os fizeram herdar importantes bens. Em termos jurídicos, apenas o sacrossanto matrimônio ou o próprio monarca conferiam legitimidade aos infantes, mas, ao que parece, nas terras de Conquista a influência e o poder de mando de famílias nobres conferiram ao menos legitimidade social a filhos nascidos fora do casamento.

3. Mercado de engenhos, um emaranhado campo de relações sociais: O caso dos Aguirre

Quando comecei a examinar as informações das escrituras de compra e venda de engenhos a primeira informação que quis obter foi sobre as transações de maior valor. Quem estaria comprando e vendendo as fábricas de açúcar mais inestimáveis nos setecentos? Para minha surpresa, a propriedade de maior preço no conjunto da amostra pertenceu a um personagem que, a princípio, não estaria entre os membros da nobreza da terra nem teria ligações com ela e fora classificado como um homem pardo forro. Witold Kula alertou sobre os problemas gerados pela utilização dos métodos de análise das empresas capitalistas em economias primitivas; o preço não envolvia apenas fatores econômicos, mas também sociais. Bem como Labrousse demonstrou que é preciso ver o que há por trás dos números e de suas variáveis⁵³. Por isso, o acompanhamento da trajetória deste cicerone por meio de cruzamento de fontes e da busca onomástica nos permitiu formular algumas hipóteses. Peço ao leitor paciência para espreitar mais um caso de família, desta vez, a dos Aguirre.

No dia 16 de setembro de 1766 José Vicente de Aguirre, homem pardo forro, vendeu por significativos 80 mil cruzados (trinta e dois mil contos de réis), o engenho do Portela, situado na freguesia de Irajá. O negócio contemplava a casa de vivenda coberta de telhas, capela em que se diz missa, com todos os seus cobres, 50 escravos, 130 bois de roda e carro, 300 cabeças de gado vacum entre grandes e pequenos e 40 mulas. O comprador foi Joaquim José da Fonseca, morador na rua das violas que vivia de seus negócios e que aparentemente não teria nenhuma ligação de parentesco ou amizade com o vendedor⁵⁴. Esta foi a venda de maior valor envolvendo engenhos no mercado fluminense setecentista. Seu protagonista, um ex-escravo que teria ascendido na hierarquia social tornando-se senhor de engenho. Mas como se deu o processo de pertencimento à elite senhorial? Quais foram as estratégias utilizadas para alçar ao estreito topo de uma sociedade hierarquizada?

53. LABROUSSE, Ernest. *Flutuaciones económicas e Historia Social*. Madrid: Editorial Tecnos, S. A., 1962.

54. Banco de escrituras. Registro: 778. Referência: Escritura do 3º Ofício – AHU, RJ-Avulsos, Cx. 87, N° 77.

De acordo com Roberto Guedes, na sociedade estamental-escravista da América Portuguesa a mobilidade social de forros era corriqueira. Na vila paulistana de Porto Feliz, no século XIX, egressos do cativo utilizaram o trabalho, a estabilidade familiar, a solidariedade intragrupal e a aliança com potentados locais para passarem ao mundo senhorial e terem sua nova condição reconhecida pelos diversos grupos sociais.⁵⁵ Não foi diferente no Recôncavo da Guanabara.

A população de cor teve um peso demográfico importante no Rio de Janeiro como um todo e nas freguesias rurais em particular. Em 1796, a capitania fluminense contabilizava 182.757 habitantes, dos quais 46% eram escravos, somados aos negros e pardos libertos resultava que 59% da população era de cor.⁵⁶ Um ano depois, entre as freguesias rurais do Distrito de Guaratiba, no total de 17.611 domiciliados, 58,3% eram cativos, apesar de quase não haver a indicação da cor entre os livres e libertos, especulamos que seu percentual certamente ultrapassaria os 60%. O que parece ser confirmado através da expressão utilizada pelo padre em visita à Freguesia de Iguaçu, no ano de 1813, ao descrever a população: “Este sítio é mais doentio do que Pilar, assim me disseram os cirurgiões, e **me persuadiram as cores da gente (...)**” [grifos meus].⁵⁷

Devemos ressaltar que as referências à cor estavam diretamente ligadas à condição social e não apenas à coloração da tez⁵⁸. Por isso, um dos elementos que acompanhou a ascensão social dos forros foi a mudança ou o silêncio da cor⁵⁹. Voltando ao personagem principal da venda do engenho do Portela, foi justamente o que ocorreu com José Vicente de Aguirre. Se um tabelião da cidade de São Sebastião decidiu assinalar sua cor (pardo) e condição jurídica (forro) nos registros paroquiais de Irajá, freguesia em que assistia, não houve referência à sua ascendência escrava. Sua cor “desapareceu” nas 39 vezes em que foi identificado seja como pai, avô, padrinho ou proprietário de escravos, nos assentos de batismos, por pelo menos seis diferentes párocos⁶⁰.

55. GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo...*, op. cit., 2008, pp. 239-243.

56. Extrato do censo da população das capitanias do Rio de Janeiro e da Ilha de Santa Catarina no ano de 1796. Extrato da população da capitania do Rio de Janeiro em 1796: 72.946 Brancos; 17.165 pardos libertos; 6.582 pretos libertos; 84.064 escravos; O que tudo dá um total de 182.757. Habitantes, não compreendidos os Regimentos, e o esquadrão de Cavalaria dos Brancos, e Pardos e Pretos. AHU, ACL, 017, Cx. 160, D.1202 (Coleção Avulsos).

57. Descrição do distrito de Guaratiba da capitania do Rio de Janeiro (...). AHU, ACL, CU, 017, Cx. 163, Doc. 12203; ACMRJ. Visitas Pastorais. Ano 1813. FNSPI. Notação: VP 15.

58. Para mais detalhes, ver: GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo...*, op. cit., 2008.

59. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

60. Livros de batismos da Freguesia de Irajá. Livro de Batismos de 1728 a 1763; Livro de Batismos de Escravos de 1740 a 1764; Livro de Batismos de Escravos de 1762 a 1764; Livro de

A forma com que José Vicente de Aguirre adquiriu o engenho do Portela ajudou a descortinar os elementos que permitiram sua ascensão na hierarquia local. Foi por meio de compra, no dia 18 de agosto de 1755:

Escritura de venda de um engenho que faz o Reverendo Cônego Doutor Francisco Fernandes Simões, como testamenteiro do mestre de campo João Frias de Aguirre, a **Manoel de Menezes Custódio Muniz, seu irmão José Vicente [homem pardo e forro], e a Bento Frias de Aguirre** –com toda a sua fábrica, bois, gado e escravos, sito em Irajá, engenho que foi de Manoel Gonçalves Portela, que parte de uma banda com terras de Maria de Assunção e da outra com terras do Tenente João Pereira de Lemos e com quem mais de direito for⁶¹.

Dois irmãos e um aparentado adquiriram uma fábrica de açúcar pela quantia de 16000 Cz\$, metade do valor que seria vendido dez anos depois. Mas, qual seria a relação entre os envolvidos nos negócios? O sobrenome em comum nos serviu como bússola na difícil tarefa de acompanhar as emaranhadas relações sociais e parentais tecidas por estes personagens. Assim como nos desvendou outras escrituras de compra e venda envolvendo membros da mesma família. Em 1757, Custódio de Abreu vendeu “uma parte de um engenho a **seu irmão José Vicente de Aguirre** –de fazer açúcar, sito na freguesia de Irajá, chamado do Portela, **herdada de seu pai** Coronel João Aires de Aguirre [Grifos meus]⁶²”. Por esta última informação, conclui-se que José Vicente, Custódio de Abreu e Manoel de Menezes eram irmãos e filhos espúrios do coronel João Aires de Aguirre.

Espúrio era aquele que ou possuía pai incógnito ou provinha de pais que, por direito canônico, não podiam se casar, seja por terem algum grau de parentesco ou por já serem casados.⁶³ No período colonial, era possível encontrar em documentos a indicação da filiação por parte dos filhos ilegítimos ou por terceiros, raramente pode localizar auto declarações de paternidade ou maternidade, ainda mais de filhos adúlteros, por conta das interdições morais, religiosas e jurídicas⁶⁴. Deste modo, foi por meio do rastreamento de sinais, indícios e signos que foi possível identificar a prole ilegítima de João de Aguirre: Diogo, Manuel, Custódio e Jose⁶⁵.

Batismos de 1763 a 1786; Livro de Batismos de Escravos de 1765 a 1781; Livro de Batismos de 1786 a 1795.

61. Banco de escrituras. Registro: 703. Referência: AN, 1ON, 127, pp. 22v.

62. Banco de escrituras. Registro: 712. Referência: AN, 2ON, 76, pp. 41v.

63. HESPANHA, Manuel António. *Como os juristas viam o mundo*, op. cit., 2015, p. 432.

64. AGUIAR, Júlia Ribeiro. *Por entre as frestas das normas...*, 2015, op. cit., p. 135.

65. Por se tratar de estudos do passado, o paradigma indiciário é imperativo à prática do historiador. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, pp. 143-179.

João Aires de Aguirre descendeu dos primeiros povoadores, ocupou cargo de vereança, em 1710, lutou pela defesa da cidade nas duas invasões francesas, assenhoreou o engenho de Bonsucesso em Inhaúma (engenho seiscentista da família Aguirre) e comprou o do Portela, em 1731, como vimos alhures⁶⁶. Casou-se em 1697 com Francisca de Menezes, pertencente a uma família senhorial de Jacarepaguá, mas desse matrimônio não tiveram filhos, o que foi um risco para a sobrevivência da família e preservação do seu patrimônio material e imaterial⁶⁷. Eis uma situação que pôs muitas famílias em cheque: a infertilidade. Mas como afirmou Júlia Aguiar, nestes momentos diversos membros da elite agiram por meio das brechas, por entre as frestas das normas, agenciando estratégias diversas na tentativa de obter certa margem de previsibilidade⁶⁸. Como por exemplo, a legitimação, se não jurídica ao menos social, da prole gerada fora do infértil casamento.

Victor de Oliveira, ao analisar os Pimenta Sampaio, em Jacarepaguá, e Júlia Aguiar, examinando os Maldonado, em São Gonçalo, identificaram casos de descendentes de famílias quinhentistas que conseguiram transmitir bens móveis e imóveis a seus filhos naturais, os quais, inclusive, destacaram-se na hierarquia da localidade em que estavam estabelecidos⁶⁹. A mesma estratégia fora utilizada por João Aires de Aguirre, pois suas relações extraconjugais lhe permitiram gerar filhos e, por meio do mercado de compra e venda, transformá-los em herdeiros, como veremos adiante.

Por volta de 1711, Ana de Oliveira, filha de legítimo matrimônio e mulher solteira, teve um filho espúrio chamado Diogo Aires de Aguirre⁷⁰. No registro matrimonial de Diogo Aires, do ano de 1741, consta que era “filho de João Arias de Aguirre, natural desta cidade e batizado na freguesia da Sé, [casou-se] com Dona Joana Maria de Távora filha do mestre de campo João Carvalho de Oliveira e de sua mulher Dona Inês de Távora⁷¹”. A leitura do documento deixa transparecer que Diogo Aires de Aguirre granjeou legitimidade, se não jurídica,

66. RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., pp. 28; FRAGOSO, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. *História*, Franca, v. 34, n. 2, p. 95, Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742015000200058&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 05 mai. 2017.

67. ACMRJ. Livro de Óbitos e Testamentos de Livres e Escravos, freguesia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé (1746-1758). Referência: AP-0155, f. 110-111.

68. AGUIAR, Júlia Ribeiro. *Por entre as frestas das normas...*, 2015, p. 135.

69. Ibidem; OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. *Retratos de família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI-XVIII*. 2014. 288f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

70. RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 28.

71. Livro de matrimônio da freguesia da Sé (1739-1748), f. 24. Disponível em: <<https://familysearch.org/>>

ao menos social, graças à sua figura paterna. Realizou bom casamento, acordado entre os mestres de campo, e se tornou doutor.

Dona Francisca de Menezes, esposa de João Aires, casada por carta metade e sem herdeiros ascendentes diretos (filhos), pôde outorgar em testamento uma série de sufrágios e legados, no que lhe cabia da metade dos bens do casal. O legado de maior valor foi direcionado para o filho adúltero de seu marido, o dito Diogo Aries de Aguirre, na quantia de 1200 Cz\$. Deixou outro legado para Manoel de Menezes: “exposto e criado em minha casa, e nela assistente, quinhentos mil réis”⁷². Muito provavelmente, trata-se o mesmo Manoel que se intitulou irmão de José Vicente de Aguirre. Não temos nenhuma informação à sua ascendência materna, mas pertencia à casa dos Aguirre como mais um rebento ilegítimo. Por fim, outra doação que requer destaque foi feita a Páscoa Antunes, que conforme afirmou Dona Francisca de Menezes: “se criou na minha casa e sempre me serviu duzentos mil réis, se lhe dará mais uma moleca”⁷³.

Páscoa Antunes era natural de Jacarepaguá. Por sofrer de moléstias de dores na barriga ditou testamento no dia 31 de janeiro de 1779, onde proferiu as seguintes palavras: Declaro que sou solteira e nunca fui casada. Declaro que tenho quatro filhos, três machos e uma fêmea de **pais incógnitos** chamados Custódio, José Vicente, Felix Muniz, e (Florência) de Menezes, os quais nomeio por meus herdeiros [Grifos Meus]⁷⁴. Tanto a mãe quanto os filhos seriam senhores de engenho na segunda metade do século XVIII, graças aos vínculos tecidos com os Aires de Aguirre. O engenho do Portela fora assenhoreado por José Vicente, vejamos como e qual foi a fábrica de açúcar governada pelos demais personagens.

Em 1756, Custódio Aires de Aguirre, em sociedade com sua mãe Páscoa Antunes e seu cunhado Inácio de Almeida Sampaio, marido de sua irmã Florência de Menezes, arrematou o engenho de Nossa Senhora do Bonsucesso, da freguesia de Inhaúma⁷⁵. Aparentemente, foi o mesmo engenho seiscentista construído por Domingos Aires de Aguirre, depois administrado pelo seu cunhado, João Gago de Oliveira, e, por fim, pelo dito mestre de campo João Aguirre. De acordo com Bluteau, a *rematação*, significava:

A compra de uns bens, que se vendem em praça, depois de pregões corridos (...). O porteiro com ramo verde na mão diz quando remata.

72. ACMRJ. Livro de Óbitos e Testamentos de Livres e Escravos, freguesia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé (1746-1758). Referência: AP-0155, f. 110.

73. ACMRJ. Livro de Óbitos e Testamentos de Livres e Escravos, freguesia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé (1746-1758). Referência: AP-0155, f. 110.

74. ACMRJ. Livro de Óbito de livres, Jacarepaguá (1734-1796). Referência: AP-0208, f. 110.

75. OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. *Retratos de família...*, 2014, op. cit., p. 163.

Afronta faço, que mais não acho, se mais achará, mais tornará, sou lhe uma, dou lhe duas, dou-lhe outra mais pequenina; há quem mais remate? E como não há outro lanço maior, manda o Juiz rematar e então dá o porteiro o ramo verde ao rematante em final de rematação⁷⁶.

João Aires faleceu em agosto de 1755, quase um ano depois, em abril de 1756, o engenho fora à leilão⁷⁷. Nesta arrematação, mais do que o maior lance oferecido, consoante às normas vigentes, o que pesou mais foi o fato de Custódio de Aguirre ter laços consanguíneos com a família que governou por anos o dito engenho, os Aguirre. Tal unidade produtiva foi paga da seguinte forma: 6 mil cruzados à vista (2400 Cz\$), sendo dado 2 mil cruzados por cada sócio (800 mil réis), os 18 mil cruzados restantes seriam pagos anualmente, sem especificação de valores; a quantia total paga pelo engenho foi de 10400 Cz\$⁷⁸.

Depois de quinze anos de sociedade, Páscoa Antunes e seu genro Inácio de Almeida vendem suas respectivas terças partes no engenho a João Vaz Pinheiro, em setembro de 1771, identificamos que Páscoa vendeu sua parte pelo valor de 800 mil réis, o mesmo que usara para adentrar na sociedade. Em novembro de 1772 foi a vez de Custódio de Aguirre “com a obrigação de vendê-la ao comprador, pelo preço que somarem as dívidas que o vendedor Inácio de Almeida Sampaio e sua mãe Páscoa Antunes haviam vendido sua parte no engenho ao mesmo João Vaz Pinheiro, isto é, 100 Cz\$”. Tudo indica que os sócios deviam dinheiro ao comprador, João Vaz, e a venda da unidade produtiva serviria para quitar tais dívidas, ficando cada qual com seus sobejos da transação. Mas, outras questões também permearam tal venda.

Em 1767 Páscoa Antunes requereu ao rei D. José I licença para vender sua parte no engenho Bom Sucesso e assim retirar-se da dita sociedade⁷⁹. Em tal documento, afirmou que colocara seu outro filho, Félix Munis, para administrar seu quinhão na produção de açúcar, por ser mulher velha e passar dos setenta e quatro anos. Todavia, seu genro Inácio de Almeida ganhou sentença contra seu filho Félix Munis, o qual foi despejado, juntamente com seus escravos, sendo proibido de retornar ao dito engenho Bonsucesso. Desobedecendo a esta ordem retornou à fábrica de açúcar, de acordo com a mãe, somente para visitá-la. Por tal ato, foi levado preso e obrigado a assinar termo de soltura comprometendo-se, desta vez, a cumprir a sentença proferida. Por meio do testamento de Páscoa Antunes, há indícios de que Félix Munis era seu filho preterido, eleito

76. Dicionário disponível online em: <http://dicionarios.bbm.uspp.br/pt-br/dicionario/1/remata%C3%A7%C3%A3o>.

77. RHEINGANTZ. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, 1965, op. cit., p. 28.

78. AHU_ACL_CU_17, Cx. 63, D. 5989. (Coleção Avulsos) [sem numeração].

79. *Ibidem*.

como primeiro testamenteiro e único herdeiro de sua terça⁸⁰. Sem explicar os motivos das rixas entre seu genro e filho, Páscoa Antunes, não satisfeita com os procedimentos adotados por Inácio de Almeida, foi a primeira a vender sua parte do engenho.

Ao contrário de sua mãe e irmãos que se desfizeram de sua fábrica de açúcar, José Vicente de Aguirre permaneceu senhor do engenho do Portela, ficando de herança para sua mulher, Tereza Machado. Ao que tudo indica, a venda que havia realizado em 1766, para José da Fonseca ou não se concretizou, pois, sua mulher deveria fazer escritura de outorga, ou foi uma venda fantástica, até pelo exorbitante preço acordado. De acordo com Carla Maria Carvalho de Almeida as vendas fantásticas eram transações fictícias que ocorriam entre parentes, sócios ou amigos com o objetivo exclusivo de manter o patrimônio, não sua perda efetiva⁸¹. De tal forma que, a partir de 1772, a então viúva Tereza Machado foi identificada como senhora do engenho do Portela e em 1797 vendeu a metade da unidade produtiva a seu genro, Clemente Pereira, filho de Elena Pereira de Andrade, moradora em Marapicu⁸².

José Vicente de Aguirre, homem pardo forro, conseguiu ascender socialmente, tornar-se senhor de engenho e escravos, graças à influência, poderio econômico e político de seu pai, valendo-se da estratégia da compra. Conseguiu manter sua posição na hierarquia social e transmitir seus principais bens a seus herdeiros. O exame da circulação dos engenhos no mercado demonstrou que seu preço não era determinado pela lei da oferta e da procura, e que suas regras e transações perpassavam por outras vias.

4. Conclusão

Miguel de Andrade, personagem inicial deste artigo, vendeu a fazenda de Nossa Senhora da Luz, no dia 24 de novembro de 1718, para o capitão Manoel Nunes Bernar, o qual, aparentemente, não teria vínculos com o vendedor⁸³. Talvez, Miguel de Andrade desfizera-se da propriedade porque nada acontecera seu agressor. Manoel de Vasconcelos, sua esposa e filhos permaneceram no Rio de Janeiro, seu filho, igualmente, faria uso de escravos. Portanto, o mercado é descontínuo, muitas das vezes uma venda de determinado engenho poderia ser

80. ACMRJ. Livro de Óbito de livres, Jacarepaguá (1734-1796). Referência: AP-0208. Folhas 110-111v.

81. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. As vendas fantásticas dos homens ricos das Minas: estratégias de preservação do patrimônio familiar no século XVIII. LIBBY, Douglas Cole; et al. *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, pp. 268-170.

82. Banco de escrituras. Registro: 990 e 991. Referência: AN, 4ON, 113, pp. 49 e 32v. Livro de Batismos da Freguesia de Irajá (1786 a 1795), f. 96v.

83. Banco de escrituras. Registro: 357. Referência: AN, 1ON, 86, p. 213.

a fase final ou intermediária de uma rede complexa de transações, muito mais do que uma simples transmissão, tal qual vimos também no caso dos Aguirre.

Dentre as hipóteses levantadas até o momento, destacamos a correlação entre o sistema de transmissão patrimonial do império português setecentista e a participação das famílias senhoriais no mercado de terras e bens. Conforme às Ordenações Filipinas, a partilha dos bens de uma família deveria ser realizada de forma igualitária, o que poderia acarretar a pulverização do patrimônio familiar. Portanto, diversas famílias recorreram ao mercado de bens rurais para manter seu espólio nas mãos de um único herdeiro, vimos como era comum que uma pessoa comprasse a legítima parte dos demais irmãos para assenhorear-se sozinho do patrimônio familiar.

Assim, dificilmente o mercado de engenhos foi utilizado para “dividir” os bens, pelo contrário, as figuras de transmissão demonstraram sua função unificadora, na maior parte das vezes, vendia-se para que o governo da fábrica de açúcar ficasse sob mãos de um único membro da família, ou para passar a um parente consanguíneo, amigo ou aliado.

Referências

1. Arquivos

AHU

AHU_ACL_CU_017, Cx. 23, D. 2505. (Coleção Avulsos)

AHU_ACL_CU_017-01, Cx. 21, D. 4733 (Coleção Castro Alves)

AHU, ACL, 017, Cx. 160, D.1202 (Coleção Avulsos)

AHU, ACL, CU, 017, Cx. 163, Doc. 12203 (Coleção Avulsos)

AHU_ACL_CU_17, Cx. 63, D. 5989 (Coleção Avulsos)

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN)

Livros de notas do primeiro, segundo e quarto ofício.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ)

Visitas Pastorais. Ano 1813. FNSPI. Notação: VP 15.

Livro de Óbitos e Testamentos de Livres e Escravos, freguesia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé (1746-1758).

Livro de Óbito de livres, Jacarepaguá (1734-1796). Referência: AP-0208

Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1737-1740).

Family Search (<<https://familysearch.org/>>)

Livro de Batismos da Freguesia de Irajá (1786 a 1795)

Livro de matrimônio da freguesia da Sé (1739-1748)

Livros de batismos da Freguesia de Irajá: Livro de Batismos de 1728 a 1763; Livro de Batismos de Escravos de 1740 a 1764; Livro de Batismos de Escravos de 1762 a 1764; Livro de Batismos de 1763 a 1786; Livro de Batismos de Escravos de 1765 a 1781; Livro de Batismos de 1786 a 1795.

2. Referências Bibliográficas

- Aguiar, Júlia Ribeiro. *Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII)*. 2015. 221f. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- Almeida, Cândido Mendes de. *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro, 1870.
- Almeida, Carla Maria Carvalho de. As vendas fantásticas dos homens ricos das Minas: estratégias de preservação do patrimônio familiar no século XVIII. LIBBY, Douglas Cole; et al. *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- Chahon, Sérgio. *Os convidados para a ceia do Senhor: as missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- Delgado, Ignacio Godinho. Poder, mercado e trabalho. In: Almeida, Carla Maria Carvalho de; Oliveira, Mônica Ribeiro de (org.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF, 2006.
- Dumont, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- Elias, Norbert; Scotson, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- Fragoso, João Luís Ribeiro. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda Baptista; Gouvêa, Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Fragoso, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c. 1600-c. 1750)*. Conferência apresentada para concurso público para professor titular. IFCS, RJ, 2005.
- Fragoso, João Luís Ribeiro. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: Almeida, Carla Maria Carvalho de; Fragoso, João; Sampaio, Antonio Carlos Jucá de (Org.). *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- Fragoso, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: Fragoso, João; Gouvêa, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- Fragoso, João Luís Ribeiro. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 74-106, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200074&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 mai. 2017.
- Fragoso, João Luís Ribeiro. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: Fragoso, João; Galdames, Francisco Javier Müller. *Entre a cruz e a coroa: A trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830)*. 2007. 555 f. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- Fragoso, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. *História*, Franca, v. 34, n. 2, p. 95, Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742015000200058&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 mai. 2017.
- Fragoso, João; Florentino, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Ginzburg, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Ginzburg, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, pp. 143-179.
- Grossi, Paolo. *História da propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- Guedes, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.
- Guedes, Roberto; Sampaio, Antonio Jucá de (orgs). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa. Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- Hespanha, Manuel António. *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750*. Direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes. Lisboa, 2015.
- Kula, Witold. *Teoria econômica do sistema Feudal*. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- Labrousse, Ernest. *Fluctuaciones económicas e Historia Social*. Madrid: Tecnos, 1962.

- Levi, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- Levi, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte de Antigo Regime. In: Almeida, Carla Maria Carvalho de; Oliveira, Mônica Ribeiro de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- Levi, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: Almeida, Carla Maria Carvalho de; Oliveira, Mônica Ribeiro de (org.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- Mattos, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- Oliveira, Victor Luiz Alvares. *Retratos de família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI-XVIII*. 2014. 288 f. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- Pesavento, Fábio. *Um pouco antes da corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade dos setecentos*. 2009. 226 f. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- Polany, Karl. *A Grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- Rheingantz, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. vol. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.
- Sampaio, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sócias e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- Silva, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.